

TORNAR-SE ARQUEÓLOGO NO BRASIL

por

Pedro Paulo A. Funari*

INTRODUÇÃO

O que se conhece, em Portugal, sobre a Arqueologia Brasileira? Provavelmente, muito pouco e isto se deve, em não pouca medida, à falta de preocupação brasileira em inserir-se no mundo académico internacional. Este artigo visa introduzir os colegas portugueses a um aspecto da Arqueologia no Brasil, a formação do profissional, tema bastante amplo. Não se pode, entretanto, fazer um balanço da formação do arqueólogo no país sem analisar, ainda que brevemente, a História da disciplina em nosso meio e o ambiente académico no qual ela se desenvolve (Funari, 1997). A Arqueologia académica brasileira é recentíssima, o número de arqueólogos profissionais reduzidíssimo e os centros de formação pouco numerosos. Além de descrever as vicissitudes da formação de arqueólogos no Brasil, hoje, este artigo pretende contribuir para a discussão do seu aprimoramento, visando inserir a Arqueologia brasileira no âmbito mais amplo da Arqueologia mundial.

A ARQUEOLOGIA NO QUADRO DA ACADEMIA BRASILEIRA

A sociedade brasileira, patriarcal, dominada por uma estrutura social hierárquica secular, produziu muito tardiamente a universidade, séculos depois das primeiras congéneres hispano-americanas. A universidade brasileira, desenvolvendo-se a partir da década de 1930, viria a ter algumas características estruturais, derivadas do próprio carácter restritivo à liberdade intelectual da sociedade nacional, ainda presentes entre nós. Florestan Fernandes, um dos nossos primeiros

* Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

acadêmicos, advertia, antes do golpe militar de 1964, que “o intelectual se torna, literalmente, um *escravo do poder*. Se ele tentar o contrário, corre o risco de sofrer pressões muito violentas e de ser eliminado da arena intelectual” (Fernandes, 1975: 85). Segundo outro decano da ciência nacional, Milton Santos, “buscar o novo é perigoso”, resultado da falta de valorização do mérito intelectual propriamente dito:

“Eu acho que o meio intelectual no Brasil é, até certo ponto, opaco, no sentido de que a vida acadêmica não se caracteriza pela existência de um mercado acadêmico. As pessoas nascem, crescem, evoluem e morrem no mesmo universo. Então, a idéia de competição se compromete e o sistema de referências é igualmente doméstico. É muito autocentrado e funciona, com frequência, em detrimento de uma emulação mais ampla” (Santos, 1998: 6).

O compadrio, generalizado, chega aos editoriais dos jornais (Folha de São Paulo, 1997a), levando a que as pesquisas confirmem o discurso do poder, tanto das autoridades políticas como acadêmicas, perpetuando, de forma acrítica, aquilo que Bourdieu (1988: 777) chama de senso comum acadêmico. Predomina um sistema universitário dominado por um mandarinato autocrático e medíocre, a busca desenfreada pelo micropoder dos cargos por parte daqueles que nada sabem, como se expressava Santiago (1990). Esse sistema não se origina na academia mas, ao contrário, reflecte a própria estrutura social brasileira. A palavra corporação aparece em quase todas as análises críticas da academia brasileira (e.g. Comparato, 1993; Miceli, 1995: 3) e criam-se neologismos para descrever essa realidade: “os buroprofessores, quer dizer, aqueles indivíduos que, sai um, entra outro, mas é o mesmo grupo, que são pessoas inúteis porque esses pró-reitores, quase todos, são pessoas inúteis, um estorvo à produção intelectual” (Santos, 1999: 25). A dissociação entre progressão na carreira e a competência, que inclui titulação, mas não se limita a ela (Goldemberg, 1992), compõe um quadro pouco alentador de uma época “hostil à crítica e ao dissenso” (Barros e Silva, 1997). Neste contexto, quando mais da metade das bolsas concedidas pelo CNPq não resultam em defesas de tese, não há surpresa (Folha de São Paulo, 1997b).

A academia brasileira padece, portanto, de deficiências estruturais, de origem histórica clara. Um sistema universitário surgido no seio de uma sociedade tão hierarquizadora e infensa à liberdade de oportunidades não poderia deixar de reflectir essas características dominantes (Funari, 1997a, com literatura). Durante o período de jugo militar, em particular, os aspectos mais deletérios de uma academia servil ao poder produziram resultados que ainda nos atormentam. O compadrio, associado a um poder discricionário, pôde levar o controle discursivo ao paroxismo, instituindo, em algumas áreas, uma limitação severa ao desenvolvimento da ciência. Com a abertura e, em especial, com o restabelecimento dos

civis ao poder, a liberdade académica rediviva logo começou a produzir reflexões críticas e menos acomodadas (Batista, 1997).

Este pano de fundo permite, agora, reflectir sobre o desenvolvimento da Arqueologia, em nosso meio. A Arqueologia pré-acadêmica tem longa trajectória no Brasil, desde seus primórdios no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no século passado. Contudo, apenas no pós-Segunda Guerra ensaia-se o início da Arqueologia académica, graças às iniciativas de Paulo Duarte, fundador da Universidade de São Paulo, político, intelectual e humanista, sob cuja égide surge a Comissão de Pré-História que se transformaria no Instituto de Pré-História, à imitação do IPH de Paris. Assim, *ab initio*, a Arqueologia começa a penetrar o espaço universitário como actividade de pós-graduação, ao menos no sentido de que se trataria de actividade a ser desenvolvida pelo pesquisador após sua formação universitária, em área, de algum modo, ligada à Arqueologia. Nesse primeiro momento, com a chegada dos franceses, com A. Laming Emperaire à frente, enfatizavam-se as técnicas de campo e laboratório, como se a Arqueologia fosse pouco mais do que uma *tekhné*, à maneira francesa, muito distante, pois, das *Wissenschaften* que compunham o saber (*Wissen*) académico. Uma primeira consequência dessa formação inicial foi a dissociação entre pesquisa empírica e interpretação. Assim, ainda que bem intencionada, a Arqueologia humanista ressentia-se da falta de ambições epistemológicas que lhe dessem espessura académica no interior tanto da universidade brasileira como, principalmente, internacional.

Estes primeiros arqueólogos académicos formados no Brasil foram logo acompanhados por uma nova leva, resultado da incursão, pós-golpe militar de 1964, de Betty Meggers e Clifford Evans e a constituição de um programa nacional de pesquisas arqueológicas (PRONAPA). Não seria o caso, nesta ocasião, de retomar as discussões sobre o imbricamento do esquema pronapiano com o regime de força (cf. Funari, 1995; Funari, 1998), mas de ressaltar o tipo de formação arqueológica que estava sendo introduzido no país. Os clássicos da literatura arqueológica norte-americana não eram conhecidos, nem os desenvolvimentos mais recentes. Assim, Walter W. Taylor (1948: 44) e sua luta por uma Arqueologia autónoma havia sido ignorado, como tinha sido o apelo, então recente, de Binford (1962), em direcção a uma Arqueologia processual. Prevalencia, na formação dos arqueólogos liderados por B. Meggers, a constatação devastadora de Binford (1984: 15) de que o “arqueólogo de campo escavador fica a discutir o teor alcoólico da pinga nos bares das redondezas” (cf. Funari, 1987). No entanto, os defensores do Pronapa interpretaram essas limitações, de maneira pouco crítica, como tendo sido um treinamento orgânico, fomentador de centros de pesquisa, um verdadeiro período de ouro da Arqueologia nacional (e.g. Schmitz, 1989: 47; Dias, 1995: 35; Lima, 1998: 25). A formação intelectual propugnada pela equipe de Meggers não bebia do imenso manancial americano, que poderia ter aberto os

horizontes daqueles que seriam considerados, às expensas dos arqueólogos formados pelos franceses, os fundadores da Arqueologia universitária nacional. Os resultados dessa formação foram muitos, da falta de autocrítica (Prous 1994: 11) à despreocupação com publicações (Neves, 1998: 628), da ausência de *corpora* (cf. Wheeler, 1956: 211) à execução de levantamentos oportunistas e escavações injustificadas, sem planejamento (Neves, 1988: 204).

Uma terceira vertente arqueológica surgia, àquela época. A Arqueologia clássica, surgida por iniciativa do Professor Eurípides Simões de Paula (Duarte, 1994: 163-4), director da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, no quadro de um plano mais amplo de expansão da Faculdade, em geral, e das línguas clássicas em particular. De início encarada como mera “ciência auxiliar da História, longe, bem longe de ser um fim em si mesmo”, parte da História da Arte (Meneses, 1965: 22), a Arqueologia Clássica assumiu uma importância insuspeita de início. A inserção da Arqueologia Clássica brasileira na ciência universal significou uma formação intelectual abrangente. A formação de quadros nesse campo da Arqueologia permitiu que, pela primeira vez, arqueólogos brasileiros dirigissem projectos de pesquisa internacionais, publicassem livros e artigos no exterior, dando uma visibilidade internacional à Arqueologia brasileira (cf. Funari, 1997). A formação menos restrita desses arqueólogos acabou por resultar em que a própria Arqueologia de temas americanos fosse desenvolvida por arqueólogos de formação clássica, cujo melhor exemplo, ao menos em termos de divulgação científica da Arqueologia, talvez seja o volume de Norberto Luiz Guarinello (1994), o livro mais vendido sobre Arqueologia Pré-Histórica, em toda a História (cf. Funari, 1996; Favarsani, 1997).

Após essa fase inicial, que abrange o período dos anos 1950 e 1960, a Arqueologia brasileira insere-se na reforma universitária implantada pelos militares. A pós-graduação brasileira passou a seguir o sistema americano, com mestrados e doutorados e a formação em Arqueologia continuou a ser uma especialização posterior à graduação, com a excepção do curso, nunca reconhecido pelo MEC, na Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro. Os arqueólogos que surgiram nas três vertentes apontadas, acrescidos de alguns estudiosos estrangeiros, como André Prous e Gabriela Martín, constituíram os quadros que estabeleceriam a formação em Arqueologia nas décadas de 1970 e 1980. Enquanto nas Ciências Humanas, em geral, buscava-se uma formação intelectual menos descritiva e mais crítico-analítica (Janotti & Mesgravis, 1980: 9), a Arqueologia empirista, único discurso associado ao poder, impunha, por mecanismos hierárquicos comuns às sociedades patriarcais (cf. Collis, 1997: 11), mas aqui levados ao paroxismo pelo regime de arbítrio, uma formação infensa a leituras interpretativas. Sempre houve quem lesse, quem buscasse sair desse marasmo, mas só podia fazê-lo por sua conta e risco (Noelli, 1999). Não se pode subestimar o sufocamento das vozes,

pois as hierarquias permitiam que se expulsassem da universidade aqueles que não se conformassem, como ocorreu com o notável caso de Walter Neves e Solange Caldarelli (reportado em Prous, 1994: 12; e em Funari, 1999), nem a institucionalização de uma hierarquia infensa ao mérito facilitou a formação de novos arqueólogos. Na maioria dos casos, bastava algo muito mais insidioso, a internalização da submissão, pois se sabia que “à volta de um grande e frondoso carvalho, nada cresce”, nas palavras de Norberto Luiz Guarinello (informação pessoal, 1999), a respeito de um dos mandarins da Arqueologia no Brasil. Não se buscou criar massa crítica, formando novos estudiosos, o que explica, em parte, que muitos dos pais fundadores pronapianos tenham tido tão poucos alunos, sendo que, ainda hoje, “na maioria das instituições brasileiras há um processo de sufocamento de novas vocações”, nas palavras de Francisco Noelli (informação pessoal, 1999).

As duas últimas décadas testemunharam transformações radicais em um quadro que parecia pouco promissor para a Arqueologia brasileira. Warwick Bray (1994: 6), quando discursou ao assumir a cátedra de Arqueologia Americana no Instituto de Arqueologia de Londres, ressaltou que os melhores resultados académicos derivam do incentivo à variedade de linhas de pesquisa e à não aceitação do discurso da autoridade do intelectual sem obra e, no caso brasileiro, a multiplicidade resultante da democracia só teve resultados positivos (Lafer, 1996: 9). Os centros de formação de arqueólogos multiplicaram-se pelo país, entendendo-se formação em seu sentido pleno, como *Bildung*. De fato, o empirismo que esteve subjacente à primeira leva de arqueólogos académicos fez com que se igualasse Arqueologia e escavação. Entenda-se escavação no sentido de trabalho de campo, não todo o processo que começa com um problema, que se desenvolve em um projecto de intervenção no campo, que gera artefactos a serem estudados, que implica em publicações, que, enfim, produz conhecimento. Este sentido de escavação, como parte de um processo de conhecimento (*Welterkenntnis*), não pode prescindir de aspirações interpretativas. Por outro lado, como ressaltaram, recentemente, dois grandes arqueólogos da actualidade, Michael Shanks e Randal McGuire (1996: 79), Gordon Willey e V. Gordon Childe, dois dos mais influentes arqueólogos de todos os tempos, raramente escavaram, o que está a demonstrar que a formação do arqueólogo não pode descuidar da reflexão.

Já se disse que os arqueólogos são pouco numerosos no Brasil, talvez trezentos, para uma país de dimensões continentais, de população elevada, com centenas de milhares de estudantes universitários. Isto se explica, em parte, pelo fato de a Arqueologia não ser um curso oferecido na graduação, com uma única excepção. A graduação em Arqueologia oferece as vantagens de uma especialização precoce mas pode ser uma armadilha, caso o curso não esteja bem articulado a áreas de conhecimento afins, em particular a História, a Antropologia, mas

também a Geografia, a Biologia ou, até mesmo, a Literatura, a Fotografia (e.g. Olivier, 1999), o Jornalismo (e.g. Cotter, 1999: 8), para mencionar apenas algumas. Os bons cursos de graduação em Arqueologia no exterior não deixam de inserir-se nas ciências afins e o mesmo princípio deveria ser válido para o Brasil. Em geral, no entanto, a formação do arqueólogo dá-se na pós-graduação. Neste caso, há duas grandes vertentes, a majoritária inclui a Arqueologia em um curso de História, de Antropologia ou de outra ciência. Na tradição europeia, predomina a ligação com a História, em directa ligação com a herança de Childe (cf. Trigger, 1984: 295; Funari, 1997c). Desta forma, o arqueólogo, seguindo a tradição dominante, tanto na Europa como nos Estados Unidos, toma contacto com uma plethora de áreas, já que a própria Arqueologia é multidisciplinar (Ucko, 1994: xiv). A outra vertente, minoritária, forma arqueólogos em programa de pós-graduação próprio.

Os programas de pós-graduação majoritários, que acolhem a formação em Arqueologia, permitem que os arqueólogos tomem contacto directo com a epistemologia de uma outra ciência, o que pode revelar-se muito produtivo. Há, naturalmente, duas deficiências estruturais: uma tendência a incorporar a Arqueologia como ciência auxiliar de outra, o que lhe tira a especificidade, e a falta de um estudo mais direccionado para a variedade de áreas com as quais a Arqueologia se relaciona (Funari, 1998). Assim, corre-se o risco de termos arqueólogos que nunca deixaram de ser geólogos ou historiadores, risco tanto maior quanto, às vezes, as únicas leituras e práticas do educando se restringiram, desde a graduação, àquela área de estudo. Perde-se, assim, a necessária consciência de que a Arqueologia é, em sua essência, multidisciplinar (Silva e Noelli, 1996). A pós-graduação em Arqueologia, por sua parte, possui a virtude de apresentar um programa coerente de disciplinas voltadas para essa área. No entanto, uma deficiência estrutural consiste na falta de ênfase no carácter multidisciplinar da Arqueologia, pois esse seu aspecto deveria implicar em um currículo que enfatizasse o conhecimento, em primeira mão, das grandes teorias sobre o funcionamento e a transformação das sociedades, das formas de expressão, mas também do mundo físico e biológico. Na verdade, a própria compartimentação do conhecimento divide, de forma burocrática, unidades de conhecimento (McGuire, 1992: 4) e poder-se-ia propugnar, como se tem feito, que o estudo da cultura material – outro nome para a Arqueologia – seja, *eo ipso*, multidisciplinar (Miller e Tilley, 1996; e.g. Noelli, 1996a; 1996b).

Os educandos não são vasos vazios a serem preenchidos com dados, mas como pensadores e agentes sociais (Shor, 1986: 422) devem ser capazes de decifrar o mundo à sua volta (Tragtemberg, 1985: 43) e, *a fortiori*, na Universidade deve-se, mais do que estudar, estudar para aprender a estudar, nas palavras de Gramsci (1979: 154). Como disse, recentemente, o veterano arqueólogo norte-

-americano, John L. Cotter (1999: 39), “os fatos qualquer um pode adquirir e aprendi que as pessoas podem ter acesso aos fatos elas mesmas, caso se interessarem o suficiente. O que se deveria fazer é tentar ajudá-las a organizar sua própria conceituação dos dados e o que farão com suas próprias vidas e carreiras, bem como abrir novas vias de pensamento”. Há pouco, Shanks (1997: 395) propunha sete objectivos para a formação dos estudiosos da Arqueologia e vale a pena transcrevê-los na íntegra:

“a) enfatizar a importância das ligações interdisciplinares; b) construção e debate teóricos, acompanhados de um compromisso com a prática arqueológica; c) um interesse no carácter peculiar das fontes arqueológicas; d) um interesse em algumas questões mais amplas da teoria social; e) pragmatismo e eclectismo mais valorizado do que uma suposta pureza teórica e ideológica; f) uma aceitação do pluralismo; g) um forte senso de criatividade da actividade arqueológica”.

As implicações de cada um desses itens para os nossos cursos de pós-graduação são claras e directas. Os cursos devem incentivar a interdisciplinaridade, oferecendo um currículo que abranja disciplinas ligadas às diversas disciplinas formais. Os créditos obtidos no interior do curso devem ser complementados com boa percentagem de créditos externos. Não se pode dissociar a prática arqueológica da formação teórica, pelo que a prática de campo ou de laboratório nunca deveria preceder a formação mais abrangente. Os debates teóricos abrangem tanto as correntes da Arqueologia, do antiquarianismo ao pós-processualismo, passando pelos modelos histórico-culturais e processual, esquemas de interpretação sempre ligados a momentos históricos específicos. No que se refere à Arqueologia, a História da disciplina (Funari e Podgorny, 1998: 420), no mundo e no Brasil, assim como das correntes interpretativas, deve estar no centro da preocupação (cf. Trigger, 1990: 4 *et passim*). A especificidade das fontes materiais está a exigir um estudo próprio que, no entanto, não pode deixar de lado as reflexões de diversas ciências sobre o mundo material, da Semiótica à Física (cf. Funari, 1999b). A teoria social, entendida como o imenso universo de reflexões da Sociologia, Antropologia, História, Filosofia e Linguística, encontra-se no âmago mesmo da Arqueologia, ciência que estuda, afinal, a sociedade. Não se chega a compreender que estudiosos da sociedade nunca tenham lido Levi Strauss, Weber, Durkheim, Braudel, Foucault ou Saussure, para citar alguns pensadores apenas.

Pragmatismo e eclectismo, palavras tão temidas entre aqueles que encaram a ciência como profissão de fé e formação de séquitos de cartilhas, constam, com destaque, na lista de Shanks. A ciência não se confunde com a religião, nem, menos ainda, com o partido político e, por isso mesmo, os cursos e suas linhas de pesquisa mais do que homogêneos, “coerentes” e uniformes, devem abranger um grande espectro de concepções (Funari, 1999c). No caso da Arqueologia,

pragmatismo e eclectismo implicam, também, adoptar terminologias vigentes, já que estão em uso, sem reificá-las, como se reflectissem alguma realidade inefável, reconhecendo as críticas e limites dos rótulos classificatórios. Pureza ideológica não condiz com ciência. O pluralismo parte da aceitação da diversidade de práticas e teorias (cf. Neves, 1991; Funari, 1992), de campos de investigação e especialização, de vocações (Funari, 1996b). A criatividade do educando expressa-se, assim, em sua capacidade de criar sua própria trajectória intelectual, pelo que a formação não é um aprendizado ou adestramento (*Unterrichtung*), mas uma verdadeira educação (*Erziehung*), desenvolvimento de uma capacidade interior de reflexão e acção críticas (cf. Funari, 1996). Esse abrangente programa, proposto por Shanks, insere-se na sua constatação anterior de que a Arqueologia, além do estudo do antigo (este o sentido primevo da palavra), deve ser, também, o estudo do poder, recuperando o sentido original da palavra *arkhé*, em grego (Shanks e Tilley, 1987; cf. Funari, 1990).

Tornar-se arqueólogo no Brasil possui, no entanto, particularidades que não foram mencionadas nos sete pontos tratados por Shanks. As especificidades da vida universitária em nosso meio, já acenadas, bem como a conturbada História recente do país e da Arqueologia, em especial, fazem com que haja aspectos ainda a serem discutidos. Talvez tudo se possa resumir à constatação de Ovídio (Heroid. 2, 85), que *exitus acta probat*, transformado na quinta-essência do mundo anglo-saxão: *the proof of the pudding is in the eating*. Aqui, cabe uma digressão. Em um mundo social e académico tão caracterizado pelas relações hierárquicas e tão infenso ao mérito, como é o nosso, todo tipo de distorção é possível. Já se mencionou, alhures, que o poder burocrático se concentra nas mãos dos que menos publicam (cf. Santos, 1999b, em nota), que, em nossa universidade, é possível obter títulos académicos “por decreto”, em triste herança dos tempos da cátedra. Neste contexto, torna-se compreensível a referência à prova dos fatos. Tornar-se arqueólogo, neste artigo, significa tornar-se arqueólogo de verdade, no sentido forte da palavra, académico, não poderoso, brilhante, admirado e temido, por falar (e pouco publicar) *ex auctoritate*. Em outras palavras, tornar-se um académico requer desligar-se do poder paroquial e inserir-se na ciência universal. Para tanto, o primeiro requisito é instrumentalizar-se lingüisticamente, em particular dominando a língua franca hodierna, o inglês.

Alguns propugnavam que, devido aos vícios, ao compadrio e ao paroquialismo local, melhor seria enviar os interessados a estudar no exterior e um argumento muito relevante é ressaltado: as pós-graduações na área estão em mãos da primeira geração de arqueólogos profissionais brasileiros, com uma formação teórica insuficiente para a orientação de doutoramentos (Neves, informação pessoal, 1999). À esta falta de conhecimentos teóricos, caberia acrescentar os efeitos deletérios da estrutura hierárquica que pouco contribui para que os doutorandos

possam ultrapassar esses limites buscando inserir-se na ciência mundial de forma autónoma. Também se costuma lembrar que há exemplos de jovens PhDs cuja obra científica notabilizou-se desde cedo. De fato, não faltam exemplos de arqueólogos nesta situação, mas há que se considerar, em primeiro lugar, que nem todos aqueles que obtiveram título no exterior se notabilizaram por publicarem e formarem pesquisadores, quando voltaram ao Brasil, quanto mais não fosse porque o sistema burocrático não incentivava que o fizessem (cf. exemplos em Funari, 1997b). Não se trata, pois, de obter um título no exterior, algo não tão difícil, mas ser capaz de produzir e interagir com a ciência universal e isto poucos que foram ao exterior o fizeram. Neste sentido, as limitações teóricas da primeira geração de arqueólogos profissionais já está sendo superada pelo número crescente de jovens pesquisadores que se titulam e passam a poder actuar na orientação, no próprio Brasil. Seu êxito, no entanto, dependerá, sempre, de saber inserir os doutorandos na ciência internacional.

Em outras palavras, titular-se no Brasil não exclui a preocupação em actuar na ciência internacional, como diversos exemplos em nosso meio arqueológico estão a demonstrar. Ademais, a solução dos títulos obtidos no exterior, estratégia ainda adoptada em diversos países, que mandam seus melhores arqueólogos para cursarem a pós fora do país, não pode abranger um grande número de estudiosos, o que dificulta a formação de massa crítica, indispensável para que a ciência, de nível internacional, possa ser produzida em nosso próprio meio. Como quer que seja, o objectivo primeiro dos cursos de pós-graduação que formarão arqueólogos só pode ser inserir seus quadros profissionais e seus alunos na ciência universal, utilizando-se, entre outros recursos, das chamadas bolsas sanduíche (estágios de alguns meses no exterior), dos convênios de cooperação internacional, do patrocínio da vinda de professores estrangeiros. Neste sentido, a Arqueologia nacional avançou de forma significativa, pois não poucos arqueólogos estrangeiros têm estado em nosso país, ensinando graças ao apoio de órgãos brasileiros, como o CNPq (federal) e a FAPESP (do Estado de São Paulo) e órgãos internacionais. Muitos jovens arqueólogos têm tido a oportunidade de estagiar no exterior e a inserção da Arqueologia brasileira no contexto internacional, em poucos anos, aumentou significativamente.

Após esta longa digressão, pode voltar-se à quinta-essência anglo-saxônica: *the proof of the pudding is in the eating*. Tornar-se arqueólogo, como, de resto, tornar-se um verdadeiro intelectual, em geral, depende da consciência de que nada substitui o conhecimento e que este não se confunde com poder burocrático. Os cursos de formação de arqueólogos, cada vez mais, têm tido que se adequar aos critérios de mérito, universais, como é o caso da publicação das pesquisas, seu debate nas revistas arbitradas estrangeiras. Exemplos na Arqueologia brasileira não faltam. Tornar-se arqueólogo também implica em reconhecer que esta ciência

tem sido reaccionária, cultuando explicitamente as elites, explorando, muitas vezes, as maiorias e minorias oprimidas em benefício nada científico e puramente monetário, como é o caso, em muitas ocasiões, de bem pagas actividades de campo financiadas por grandes empresas. Contudo, não há pesquisa, nem mesmo pré-histórica, que esteja fora dos interesses da sociedade (Veit, 1989: 50) e a Arqueologia pode ser profundamente humanista (Heckenberger, Neves e Peterson, 1998: 83), particularmente relevante para uma sociedade multicultural (Giuliani, 1995: 91), sempre que actue com o povo (McGuire, 1994: 830). O engajamento do intelectual não lhe subtrai qualquer conhecimento, como alerta Bourdieu (1989: 59; cf. Meyer, 1990: 135-6), ao contrário, pois “conhecer” é “saber com” os outros. Tornar-se arqueólogo inclui, assim, saber que não há trabalho arqueológico que não implique em património e em socialização do património e do conhecimento (Tamanini, 1998). Tornar-se arqueólogo consiste em saber que qualquer escavação deve tornar-se uma publicação, acessível à comunidade científica. Significa saber que os artefactos não podem ficar abarrotando os depósitos, inéditos. Para tanto, em diversos países, há regulamentos públicos que apenas permitem que os arqueólogos desenvolvam novos projectos se publicarem, tanto o relato da escavação, quanto o material arqueológico recolhido. Tornar-se arqueólogo implica em considerar que a patrimonialização dos objectos faz parte integrante do ofício arqueológico. Neste sentido, a formação do arqueólogo, em nosso meio, ainda é muito deficitária, pois pouca atenção se tem dado, em termos estruturais, a esses aspectos, considerados, às vezes, estranhos à própria disciplina, enquanto, mundo afora, a Arqueologia pública se encontra em expansão e a Arqueologia e a Educação não são mais dissociáveis (cf. Funari, 1994; Funari, 1996, ambos com extensa literatura).

Tornar-se arqueólogo no Brasil hoje, portanto, apresenta diversos caminhos possíveis. Começa-se a discutir a possibilidade de cursos de bacharelado em Arqueologia, com anos iniciais em uma ciência afim e a conclusão do curso de graduação, com a obtenção do título de “bacharel em Arqueologia”, ao final de quatro ou cinco anos. Outra possibilidade em estudo, consiste em uma especialização, com menção explícita, no diploma de graduação, à Arqueologia. Estas discussões, ainda incipientes, ligam-se à regulamentação da profissão e à criação de Conselhos Regionais de Arqueologia. Pelo momento, no entanto, tornar-se arqueólogo académico passa pela pós-graduação e, mesmo que as propostas em discussão venham a ser adoptadas, é difícil conceber um profissional da Arqueologia que não venha a continuar seus estudos na pós-graduação. Para o jovem iniciante, assim, as perspectivas são muito variadas, de acordo com as escolhas que venha a efectuar. Tornar-se arqueólogo académico, objecto primeiro deste artigo, não promete uma remuneração fabulosa, mas oferece oportunidades excepcionais para reflectir sobre a sociedade, para agir com a comunidade em prol tanto

da preservação do passado como para a transformação do presente (e.g. Tomazela 1999). Permite que se intervenha na Educação, fazendo com que milhões de brasileiros tenham um contacto mais profundo e menos parcial com sua própria História. Incentiva os futuros arqueólogos a integrarem-se à ciência mundial, tornando seus contactos com o exterior uma experiência dinâmica. Assim, apesar dos percalços e das dificuldades, pode concluir-se que, em aceitando os seus desafios, tornar-se arqueólogo académico, no Brasil, abre horizontes e oferece oportunidades únicas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos seguintes colegas: Warwick Bray, Adriana Schimdt Dias, Fábio Faversoni, Norberto Luiz Guarinello, Siân Jones, Alexandros-Phaidon Lagopoulos, Randall McGuire, Daniel Miller, Walter Alves Neves, José Luiz de Moraes, Francisco Noelli, Nanci Vieira Oliveira, Laurent Olivier, André Prous, José Alberione dos Reis, Michael Shanks, Peter Stone, Elizabete Tamanini, Christopher Tilley, Bruce G. Trigger. A responsabilidade pelas idéias, naturalmente, restringe-se ao autor.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, C. (1999) – Arqueologia Brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. In: Funari, P.P.A., Neves, E.G. e Podgorny, I. (eds), *Teoria Arqueológica na América do Sul*. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo / Fapesp, São Paulo, no prelo.
- BARROS E SILVA, F. (1997) – Jô vira a “vaca sagrada” das elites. *Folha de São Paulo*, 9/3/97, TV, p. 2.
- BATISTA, P.N. (1997) – Um cidadão anacrônico. *Folha de São Paulo* 16/1/1997, 2, p. 2.
- BINFORD, L.R. (1984) – *In pursuit of the past*. Academic Press, Nova Iorque.
- BOURDIEU, P. (1988) – Vive la crise! For heterodoxy in social sciences. *Theory and Society* 17: 773-787.
- BOURDIEU, P. (1989) – The corporativism of the universal: the role of intellectuals in the modern world. *Telos* 81: 99-110.
- BRAY, W. (1994) – Why study ancient America. *Bulletin of the Institute of Archaeology* 31: 5-24.
- COLLIS, J. (1997) – Ravenna was all very nice, but... *The European Archaeologist* 8: 2-4.
- COMBE, S. (1996) – Reason and Unreason in today's French Historical Research. *Telos* 108: 149-164.
- COMPARATO, F.K. (1993) – As nulidades triunfantes. *Folha de São Paulo* 19/9/93, 1, p. 3.
- COTTER, J.L. (1999) – A conversation with John L. Cotter (interview to Daniel G. Roberts). *Historical Archaeology* 33, 2: 6-50.
- DIAS, A.S. (1995) – Um projecto para a Arqueologia Brasileira: breve histórico da implantação do PRONAPA. *Revista do CEPA* 22: 25-39.
- DUARTE, P. (1994) – Pela Dignidade Universitária. *Idéias* 1: 159-179.
- FAVERSANI, F. (1997) – Resenha de Guarinello. *Idéias* 4: 305-308.

- FERNANDES, F. (1975) – Entrevista. *Transformação* 2: 5-86.
- FOLHA DE SÃO PAULO (1997a) – USP, teses e compadrio. *Folha de São Paulo*, 13/10/1997, 1, p. 2.
- FOLHA DE SÃO PAULO (1997b) – O pacote na universidade. *Folha de São Paulo*, 17/11/97, 1, p. 2.
- FROMM, E. (1969) – *You shall be as gods. A radical interpretation of the Old Testament and its tradition*. Fawcett, Nova Iorque.
- FUNARI, P.P.A. (1987) – *Arqueologia*. Ática, São Paulo.
- FUNARI, P.P.A. (1988c) – Poder, posição e imposição no ensino de História antiga: da passividade forçada à produção de conhecimento. *Revista Brasileira de História* 15: 257-264.
- FUNARI, P.P.A. (1990) – Reflexões sobre a mais recente teoria arqueológica, *Revista de Pré-História* 7: 203-209.
- FUNARI, P.P.A. (1991) – Archaeology in Brazil: politics and scholarship at a crossroads. *World Archaeological Bulletin* 5: 122-132.
- FUNARI, P.P.A. (1992a) – Resenha de W. A. Neves (org.), “Origens, adaptações e diversidade do homem nativo da Amazônia”. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo* 2: 150-151.
- FUNARI, P.P.A. (1992b) – La Arqueología en Brasil: política y academia en una encrucijada. In: Politis, G. (ed.) *Arqueología en América Latina Hoy*, pp. 70-87. Banco Popular, Bogotá.
- FUNARI, P.P.A. (1994) – Rescuing ordinary people’s culture: museums, material culture and education in Brazil. In: Stone, P.G. e Molineaux, B.L. (eds), *The Presented Past, Heritage, museums and education*, 120-136. Routledge, Londres.
- FUNARI, P.P.A. (1995) – Mixed features of archaeological theory in Brazil. In: Ucko, P. (ed.), *Theory in Archaeology, A world perspective*, pp. 236-250. Routledge, Londres.
- FUNARI, P.P.A. (1996) – Considerações em torno das “Teses sobre Filosofia da História”, de Walter Benjamin. *Crítica Marxista* 1, 3: 45-53.
- FUNARI, P.P.A. (1996a) – Resenha de Guarinello. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica* 11: 139.
- FUNARI, P.P.A. (1996c) – La educación vocacional y la enseñanza de la historia en Brasil. *Revista Formación Docente Continua* 2, 2: 88-96.
- FUNARI, P.P.A. (1997) – Cidadania, erudição e pesquisas sobre a Antigüidade Clássica no Brasil. *Boletim do CPA* 3: 83-97.
- FUNARI, P.P.A. (1997a) – *Pós-Graduação: encruzilhadas atuais*. IFCH-UNICAMP, Campinas.
- FUNARI, P.P.A. (1997b) – European archaeology and two Brazilian offspring: classical archaeology and art history. *Journal of European Archaeology* 5, 2: 137-148.
- FUNARI, P.P.A. (1997c) – Archaeology, History, and Historical Archaeology in South America. *International Journal of Historical Archaeology* 1: 189-206.
- FUNARI, P.P.A. (1998a) – *Teoria Arqueológica na América do Sul*. IFCH-UNICAMP, Campinas.
- FUNARI, P.P.A. (1998b) – Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto sul-americano. In: Funari, P.P.A. (ed.), *Cultura Material e Arqueologia Histórica*, pp. 7-34. IFCH-UNICAMP, Campinas.
- FUNARI, P.P.A. (1999a) – Academic freedom in Brazil in a global perspective. *Academe*

- 85, 4: 22-24.
- FUNARI, P.P.A. (1999b) – Liberdade acadêmica no Brasil. *Jornal da Ciência Hoje* 25/6/199, p. 10.
- FUNARI, P.P.A. (1999b) – Linguística e Arqueologia. *DELTA, Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada* 15: 161-176.
- FUNARI, P.P.A. (1999c) – Por uma graduação em História crítica e pluralista. *História e Ensino*, 5: 127-136.
- FUNARI, P.P.A. (1996b) – Pluralism and divisions in European archaeology. *Journal of European Archaeology* 4: 384-5.
- FUNARI, P.P.A. & PODGORNY, I. (1998) – Is archaeology only ideologically biased rhetoric? *European Journal of Archaeology* 1, 3: 416-424.
- GIULIANI, L. (1995) – Multiculturalismo e Arqueologia da cidade. *Cidade* 2, 3: 88-91.
- GOLDEMBERG, J. (1992) – As universidades federais. *O Estado de São Paulo*, 14/10/92, p. 2.
- GRAMSCI, A. (1979) – *Gli intelletuali*. Riunite, Roma.
- GUARINELLO, N.L. (1994) – *Os primeiros habitantes do Brasil*. Atual, São Paulo.
- HABERMANS, J. (1988) – *Devant l'histoire*. Éditions du Cerf, Paris.
- HECKENBERGER, M.J.; NEVES, E.G. & PETERSON, J.B. (1998) – De onde surgem os modelos? As origens e expansões tupi na Amazônia central. *Revista de Antropologia* 41, 1: 70-96.
- JANOTTI, M.L.M. & MESGRAVIS, L. (1980) – *Coletânea de Documentos Históricos para o Primeiro Grau*. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, São Paulo.
- JONES, S. (1997) – *The Archaeology of Ethnicity, Constructing identities in the past and present*. Routledge, Londres.
- LAFER, C. (1996) – A informação e o saber. *Folha de São Paulo, Mais!*, 11/2/96: 9-10.
- LAGOPOULOS, A.P.H. (1998) – Spatial discourses: origins and types. *Semiotica* 119: 359-402.
- LEWGOY, B. (1997) – Notas para a História da Antropologia no Rio Grande do Sul (1940-1969). *Horizontes Antropológicos* 3, 7: 239-251.
- LIMA, T.A. (1998) – Patrimônio arqueológico, ideologia e poder. *Revista de Arqueologia* 5: 19-28.
- MCGUIRE, R. (1992) – *A Marxist Archaeology*. Academic Press, San Diego.
- MCGUIRE, R. (1994) – Archaeology and the first Americans. *American Anthropologist* 94, 4: 816-836.
- MCGUIRE, R. & WALKER, M. (1999) – Class confrontations in Archaeology. *Historical Archaeology* 33 1: 159-183.
- MENESES, U.T.B. (1965) – Sentido e função de um Museu de Arqueologia. *Dédalo* 1: 19-26.
- MENESES, U.T.B. (1968) – Museu e Universidade. *Dédalo* 8: 43-49.
- MENESES, U.T.B. (1980) – O objecto material como documento. Texto datilografado, aula ministrada em curso sobre “Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas”. Condephaat, São Paulo.
- MEYER, G. (1990) – Nouveaux défis pour les universités. *Ciência e Cultura* 42, 2: 118-137.
- MICELI, S. (1995) – Arte e dinheiro. *Folha de São Paulo, Jornal de Resenhas* 4/9/95, p. 3.
- MILLER, D. & TILLEY, C. (1996) – Editorial. *Journal of Material Culture* 1: 5-14.
- NEVES, E.G. (1998) – 20 years of Amazonian archaeology (1977-1997). *Antiquity* 72: 625-632.

- NEVES, W.A. (1988) – Arqueologia Brasileira, algumas considerações. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* 4, 2: 200-205.
- NEVES, W.A. (1991) – *Origens, adaptações e diversidade do homem nativo da Amazônia*. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém.
- NOELLI, F.S. (1994) – Indígenas e áreas de conservação: a polêmica continua. *Boletim Agir Azul* 9: 4.
- NOELLI, F.S. (1995) Os indígenas do sul do Brasil podem contribuir para a recomposição ambiental? *Boletim Agir Azul* 10: 4.
- NOELLI, F.S. (1996a) – Os Jê do Brasil meridional e a Antigüidade da agricultura: elementos da Linguística, Arqueologia e Etnografia. *Estudos Ibero-Americanos* 22,1: 13-25.
- NOELLI, F.S. (1996b) – A ocupação do espaço na terra indígena Apucarana-Paraná: elementos para uma reflexão interdisciplinar. *Revista do CEPA* 20, 24: 27-36.
- NOELLI, F.S. (1996c) – Buscando alternativas aos problemas das áreas indígenas do RS: resposta a um ambientalismo anti-holístico. *Boletim Agir Azul* 12: 4.
- OLIVIER, L. (1999) – Photographie, archéologie et mémoire. *European Journal of Archaeology* 2, 1: 107-115.
- PEREIRA, A.W. (1998) – “Persecution and farce”: the origins and transformation of Brazil’s political trials, 1964-1979. *Latin American Research Review* 33, 1: 43-104.
- PROUS, A. (1994) – L’archéologie brésilienne aujourd’hui. *Recherches Brésiliennes*, Bésançon: 9-43.
- SANTIAGO, T. (1990) – A Faculdade de Filosofia de Assis. *Tribuna da Imprensa*, 28/9/1990, p. 35.
- SANTOS, M. (1998) – Buscar o novo é perigoso. *Jornal do Brasil*, 26/12/1998, Idéias, p. 6.
- SANTOS, M. (1999a) – Entrevista. *Caros Amigos* 23, fevereiro: 22-29.
- SANTOS, M. (1999b) – A vontade de abrangência. *Folha de São Paulo, Mais!* 5, p. 3.
- SCHMITZ, P. I. (1989) – Política arqueológica brasileira. *Dédalo Publicação Avulsa* 1: 47-52.
- SHANKS, M. (1997) – Archaeological theory: what’s on the agenda? *American Journal of Archaeology* 101: 395-399.
- SHANKS, M. & TILLEY, C. (1987) – *Re-constructing archaeology*. Cambridge University Press, Cambridge.
- SHANKS, M. & MCGUIRE, R. (1996) – The craft of archaeology. *American Antiquity* 61, 1: 75-88.
- SHOR, I. (1986) – Equality is excellence: transforming teacher education and the learning process. *Harvard Educational Review* 56: 406-426.
- SILVA, F. A. & NOELLI, F. S. (1996) – Para uma síntese dos Jê do sul: igualdades, diferenças e dúvidas para a Etnografia, Etno-História e Arqueologia. *Estudos Ibero-Americanos* 22, 1: 5-12.
- TAMANINI, E. (1998) – Museu, Arqueologia e poder público: um olhar necessário. In *Cultura Material e Arqueologia Histórica*, organizado por P.P.A. Funari, pp. 179-220. IFCH-UNICAMP, Campinas.
- TAYLOR, W.W. (1948) – *A Study of Archaeology*. American Anthropological Association, Pennsylvania.
- TOMAZELA, J.M. (1999) – Menores carentes restauram Santana do Parnaíba. *O Estado de São Paulo* 27/6/99, C p. 8.
- TRAGTEMBERG, M. (1985) – Relações de poder na Escola. *Educação e Sociedade* 20:

40-45.

- TRIGGER, B.G. (1984) – Archaeology at the crossroads: what's new? *Annual Review of Anthropology* 13: 275-300.
- TRIGGER, B.G. (1990) – *A history of archaeological thought*. Cambridge University Press, Cambridge.
- UCKO, P. (1994) – Foreword. In: Bond, G.C. (ed.), *Social Construction of the Past, Representation as power*, pp. Xiii-xv. Routledge, Londres.
- VEIT, U. (1989) – Ethnic concepts in German prehistory: a case study on the relationship between cultural identity and archaeological objectivity. In: Shennan, S. (ed.), *Archaeological approaches to cultural identity*, pp. 35-56. Unwin Hyman, Londres.
- WEHLER, H.-U. (1979a) – Anwendung von Theorien in der Geschichtswissenschaft. In: Kocka, J. e Nipperdey, T. (eds), *Theorie und Erzählung in der Geschichte*, pp. 17-39. DTV, Munique.
- WEHLER, H.-U. (1979b) – Fragen and Fragwürdiges. In: Kocka, J. e Nipperdey, T. (eds) *Theorie und Erzählung in der Geschichte*, pp. 57-60. DTV, Munique.
- WHEELER, M. (1956) – *Archaeology from the earth*. Penguin, Hardmondsworth.
- WOLFRAM, S. (1986) – *Zur Theoriediskussion in der prähistorischen Archäologie Grossbritanniens*. BAR, Oxford.